

PCH JUÍNA SPE S.A.

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023**

Este documento foi assinado digitalmente por Bruno De Almeida Silva e Fernando Maggi Scheffer.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br> e utilize o código EF44-C755-FBFC-03D8.

PCH JUÍNA SPE S.A.

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Acionistas da
PCH Juína SPE S.A.
Campos de Júlio - MT

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **PCH Juína SPE S.A.**, (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **PCH Juína SPE S.A.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **PCH Juína SPE S.A.**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência da auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campo Grande, 18 de março de 2024.

PCH JUÍNA SPE S.A.

Balancos patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em Reais)

Ativo				Passivo e Patrimônio Líquido			
	Nota	2023	2022		Nota	2023	2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	11.537.595	18.767.657	Empréstimos e financiamentos	9	11.555.615	11.427.223
Contas a receber	5	4.478.936	3.972.068	Fornecedores	10	69.084	15.037
Estoques		477.090	428.992	Obrigações trabalhistas e tributárias		830.617	612.006
Impostos a recuperar		454	454			12.455.316	12.054.266
Adiantamentos		57.767	1.500	Não circulante			
Outros créditos	6	15.663	24.729	Empréstimos e financiamentos	9	92.052.306	102.572.570
		16.567.505	23.195.400	Partes relacionadas	7	79.647.547	86.778.944
Não circulante				Provisão para contingências	11	177.217	177.217
Outros créditos	6	3.203	3.203			171.877.070	189.528.731
Partes relacionadas	7	99.938	-	Patrimônio líquido			
Imobilizado	8	195.974.640	201.241.707	Capital Social	12	16.822.750	16.822.750
		196.077.781	201.244.910	Reserva de lucros		11.490.150	6.034.563
Total do ativo						28.312.900	22.857.313
		212.645.286	224.440.310	Total do passivo e patrimônio líquido		212.645.286	224.440.310

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Campos de Júlio-MT, 31 de dezembro de 2023.

ASSINADO DIGITALMENTE
FERNANDO MAGGI SCHEFFER
DIRETOR
CPF: 353.455.601-10

ASSINADO DIGITALMENTE
BRUNO DE ALMEIDA SILVA
GERENTE CONTÁBIL E FISCAL
CRC-MT 013180/O-7

PCH JUÍNA SPE S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em Reais)

	Nota	2023	2022
Receita líquida	13	49.503.687	42.889.655
Custos	14	(14.018.232)	(12.910.769)
Lucro bruto		35.485.455	29.978.886
Receitas e (despesas) operacionais			
Administrativas	15	(3.611.705)	(1.207.942)
Tributárias		(23.813)	(35.419)
Outras receitas e (despesas), líquidas	16	1.422	(253.124)
		(3.634.096)	(1.496.485)
Resultado antes do resultado financeiro		31.851.359	28.482.401
Resultado financeiro líquido	17	(11.375.947)	(13.260.540)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		20.475.412	15.221.861
Imposto de renda e contribuição social - corrente		(2.019.825)	(1.508.272)
Lucro líquido do exercício		18.455.587	13.713.589
Lucro líquido por Ação (Em R\$)		1,10	0,82

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Campos de Júlio-MT, 31 de dezembro de 2023.

ASSINADO DIGITALMENTE
FERNANDO MAGGI SCHEFFER
DIRETOR
CPF: 353.455.601-10

ASSINADO DIGITALMENTE
BRUNO DE ALMEIDA SILVA
GERENTE CONTÁBIL E FISCAL
CRC-MT 013180/O-7

Este documento foi assinado digitalmente por Bruno De Almeida Silva e Fernando Maggi Scheffer.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br> e utilize o código EF44-C755-FBFC-03D8.

PCH JUÍNA SPE S.A.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em Reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	18.455.587	13.713.589
Total do resultado abrangente do exercício	18.455.587	13.713.589
Total do resultado abrangente atribuível aos acionistas	18.455.587	13.713.589

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Campos de Júlio-MT, 31 de dezembro de 2023.

ASSINADO DIGITALMENTE
FERNANDO MAGGI SCHEFFER
DIRETOR
CPF: 353.455.601-10

ASSINADO DIGITALMENTE
BRUNO DE ALMEIDA SILVA
GERENTE CONTÁBIL E FISCAL
CRC-MT 013180/O-7

Este documento foi assinado digitalmente por Bruno De Almeida Silva e Fernando Maggi Scheffer.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br> e utilize o código EF44-C755-FBFC-03D8.

PCH JUÍNA SPE S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em Reais)

	Capital social	Reserva de lucros		Lucros / (Prejuízos) acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de lucros a realizar		
Saldos em 01 de Janeiro de 2022	16.822.750	-	-	(7.679.026)	9.143.724
Lucro líquido do exercício	-	-	13.713.589	-	13.713.589
Absorção de prejuízos acumulados	-	-	(7.679.026)	7.679.026	-
Constituição de reservas	-	301.728	(301.728)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	16.822.750	301.728	5.732.835	-	22.857.313
Lucro líquido do exercício	-	-	18.455.587	-	18.455.587
Constituição de reservas	-	922.780	(922.780)	-	-
Distribuição de lucros	-	-	(13.000.000)	-	(13.000.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	16.822.750	1.224.508	10.265.642	-	28.312.900

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Campos de Júlio-MT, 31 de dezembro de 2023.

ASSINADO DIGITALMENTE
FERNANDO MAGGI SCHEFFER
DIRETOR
CPF: 353.455.601-10

ASSINADO DIGITALMENTE
BRUNO DE ALMEIDA SILVA
GERENTE CONTÁBIL E FISCAL
CRC-MT 013180/O-7

PCH JUÍNA SPE S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em Reais)

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	20.475.412	15.221.861
Ajuste por:		
Depreciação e amortização ativo imobilizado	5.436.208	5.435.177
Valor residual de baixa no ativo imobilizado	-	464.451
Provisão de juros sobre empréstimos e financiamentos	12.788.875	10.970.137
Provisão de juros sobre partes relacionadas	-	3.514.973
	38.700.495	35.606.599
(Aumento) redução nos ativos		
Contas a receber	(506.868)	(552.855)
Estoques	(48.098)	(95.469)
Adiantamentos	(56.267)	320.224
Impostos a recuperar	-	(454)
Partes relacionadas	(99.938)	-
Outros créditos	9.066	2.899
	(702.105)	(325.655)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	54.047	(1.696.384)
Partes relacionadas	25.780	5.987.931
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.008.911)	(1.408.369)
Obrigações trabalhistas e tributárias	207.697	(42.153)
	(1.721.387)	2.841.025
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	36.277.003	38.121.969
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Ativo imobilizado	(169.141)	(7.515.377)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(169.141)	(7.515.377)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(10.520.263)	(10.520.263)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	(12.660.484)	(11.849.635)
Pagamento de partes relacionadas	(6.115.864)	-
Juros pagos de partes relacionadas	(1.041.313)	-
Distribuição de lucros	(13.000.000)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(43.337.924)	(22.369.898)
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(7.230.062)	8.236.694
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	18.767.657	10.530.963
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	11.537.595	18.767.657
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(7.230.062)	8.236.694

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Campos de Júlio-MT, 31 de dezembro de 2023.

ASSINADO DIGITALMENTE
FERNANDO MAGGI SCHEFFER
DIRETOR
CPF: 353.455.601-10

ASSINADO DIGITALMENTE
BRUNO DE ALMEIDA SILVA
GERENTE CONTÁBIL E FISCAL
CRC-MT 013180/O-7

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais)**

1. Contexto operacional

A PCH Juína SPE S.A. (“Companhia”), sociedade anônima, fundada em 2013, localizada no município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, tem como objeto social o desenvolvimento, implantação, construção, operação, geração e comercialização de energia elétrica, da Pequena Central Hidrelétrica, que possui potencial hidráulico instalado de 25,0 MWh e suas atividades são regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia (MME).

A Companhia obteve sua autorização junto ao Ministério de Minas e Energia em 22 de março de 2017, com prazo de vigor de 35 anos, podendo ser prorrogado, a pedido da interessada e a critério da ANEEL.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e as normas estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

A autorização para a conclusão das demonstrações foi dada pela Diretoria em 18 de março de 2024.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das aplicações financeiras e instrumentos financeiros e certos ativos e passivos que são mensurados pelo valor justo, contra o resultado do exercício.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais)**

As demonstrações da Companhia, incluem, portanto, estimativas da vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, e outras similares. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa n° 8 - Imobilizado;
- Nota explicativa n° 11 - Provisão para contingências.

2.4. Demonstração dos resultados abrangentes

Não houve transações no patrimônio líquido, em todos os aspectos relevantes, que ocasionassem ajustes que pudessem compor as demonstrações dos resultados abrangentes.

3. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2. Ativos financeiros

a) Classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”); ou (iii) valor justo por meio do resultado (“FVTPL”).

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais)**

Um ativo financeiro é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

b) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem. O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação.

Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

c) Valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou Grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

d) Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um Grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasso”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo.

3.3. Passivos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem empréstimos e financiamentos e fornecedores, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

b) Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos e fornecedores são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

c) Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Companhia incorre em conexão com a captação de recursos.

d) Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

3.4. Contas a receber

Registrados pelo valor nominal dos títulos representativos desses direitos e se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As provisões para perdas de crédito esperadas são constituídas, quando aplicável, por montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização do contas a receber.

3.5. Ativos circulantes e não circulantes

São apresentados ao valor de custo, observadas as variações de perdas monetárias incorridas, quando aplicáveis, e deduzidos de provisão para refletir o valor de realização, quando necessário.

3.6. Estoques

Os estoques compreendem produtos em almoxarifado para consumo nas atividades operacionais da Companhia. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos de gastos relativos a transportes e impostos não recuperáveis.

3.7. Imobilizado

Os ativos imobilizados da Companhia são avaliados com base no custo histórico, deduzidos das respectivas depreciações.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais)**

A depreciação é calculada pelo método linear, levando em consideração a vida útil estimada dos bens.

Os custos subsequentes à aquisição são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado, quando incorridos.

Terrenos, edificações, imobilizações em andamento, móveis, utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da PCH Juína SPE S.A. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

Os terrenos não sofrem depreciação.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

3.8. Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço.

3.9. Provisões

As provisões são reconhecidas para passivos de termo ou valores incertos que surgiram como resultado de transações passada.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 e consideram premissas definidas pela administração da Companhia e seus assessores jurídicos:

- **Ativos contingentes** - Trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações contábeis apenas quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização (Classificação de Risco “Praticamente Certo”), geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos, ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível;
- **Passivos contingentes** - Decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal das atividades, movidos por terceiros em ações trabalhistas, cíveis e fiscais. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores jurídicos e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são divulgadas como: prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

Os depósitos judiciais em garantia, quando existentes, são atualizados monetariamente de acordo com os índices oficiais dos tribunais de justiça.

3.10. Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro conforme o regime de tributação de lucro presumido, os cálculos do exercício corrente são realizados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais)**

Os impostos correntes são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

3.11. Reconhecimento de receitas, custos e despesas

Os resultados das operações compreendem as receitas, custos e despesas, sendo apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.12. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre investimentos e variações no valor presente de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e as despesas com juros.

O resultado financeiro líquido inclui principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras, despesas bancárias e juros pagos sobre empréstimos e financiamentos.

3.13. Benefícios a empregados

A PCH Juína SPE S.A., não tem planos de benefícios de demissão para funcionários.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas com base em regime de competência, como despesas/custo de pessoal conforme sua natureza.

Os principais benefícios que a Companhia oferece são planos de saúde, auxílio educação, vale alimentação e seguro de vida.

3.14. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais)**

a) Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 Contratos de Seguros

A IFRS 17 foi emitida pelo IASB em 2017 e substituiu a IFRS 4 para o período de relatório iniciado em ou após 1º de janeiro de 2023.

A IFRS 17 introduz uma abordagem internacionalmente consistente para a contabilização de contratos de seguro. Antes da IFRS 17, existia uma diversidade significativa em todo o mundo em relação à contabilização e divulgação de contratos de seguros.

Dado que a IFRS 17 se aplica a todos os contratos de seguro emitidos por uma entidade (com exclusões de âmbito limitado), a sua adoção pode ter um efeito em não seguradoras, como a Companhia. A Companhia efetuou uma avaliação dos seus contratos e operações e concluiu que a adoção da IFRS 17 não teve qualquer efeito nas suas demonstrações contábeis anuais.

b) Alteração na norma IAS 1/CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 1, que visam tornar as divulgações de políticas contábeis mais informativas, substituindo o requisito de divulgar “práticas contábeis significativas” por “políticas contábeis materiais”. As alterações também fornecem orientação sobre as circunstâncias em que a informação sobre política contábil é suscetível de ser considerada material e, portanto, requerendo divulgação.

Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis.

c) Alteração na norma IAS 12/ CPC 32 Tributos sobre o Lucro

i. Imposto Diferido relacionado com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação

Em maio de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 12, com esclarecimentos sobre a isenção de reconhecimento inicial para certas transações que resultam tanto num ativo como um passivo sendo reconhecido simultaneamente (por exemplo, um arrendamento no âmbito da IFRS 16). As alterações esclarecem que a isenção não se aplica ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo que, no momento da transação, gere diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais)**

Estas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis anuais da Companhia.

ii. Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo *Pillar Two*

Em dezembro de 2021, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (*Organisation for Economic Co-operation and Development* - OCDE) divulgou um projeto de quadro legislativo para um imposto mínimo global que deverá ser utilizado por jurisdições individuais. O objetivo do quadro é reduzir a transferência de lucros de uma jurisdição para outra, a fim de reduzir as obrigações fiscais globais nas estruturas empresariais. Em março de 2022, a OCDE divulgou orientações técnicas detalhadas sobre as regras do *Pillar Two*.

As partes interessadas levantaram preocupações junto do IASB sobre os potenciais implicações na contabilização do imposto sobre o rendimento, especialmente na contabilização de impostos diferidos, decorrentes das regras do modelo do *Pillar Two*.

O IASB emitiu as Emendas finais à Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo *Pillar Two*, em resposta às preocupações das partes interessadas em 23 de maio de 2023.

As alterações introduzem uma exceção obrigatória para as entidades do reconhecimento e divulgação de informações sobre ativos e passivos fiscais diferidos relacionados com as regras do modelo *Pillar Two*. A exceção entra em vigor imediata e retrospectivamente. As alterações também preveem requisitos de divulgação adicionais no que diz respeito à exposição de uma entidade ao imposto sobre o rendimento do *Pillar Two*.

A Administração determinou que a Companhia não está dentro do escopo das *Pillar Two Model Rules* da OCDE e da exceção ao reconhecimento e divulgação de informações sobre impostos diferidos.

d) Alteração na norma IAS 8/ CPC 23 Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros

As alterações à IAS 8, que adicionaram a definição de estimativas contábeis, esclarece que os efeitos de uma alteração numa informação ou técnica de mensuração são alterações nas estimativas contábeis, a menos que resultem da correção de erros de períodos anteriores. Estas alterações esclarecem a forma como as entidades fazem a distinção entre alterações nas estimativas contábeis, alterações na política contábil e erros de períodos anteriores.

Estas alterações não tiveram efeitos nas demonstrações contábeis da Companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais)

3.15. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2023

Para as seguintes normas ou alterações a Administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- a) **Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2):** acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- b) **Alterações na norma IAS 1/CPC 26:** esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- c) **Alterações na norma IAS 1/CPC 26:** esclarece que apenas *covenants* a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- d) **Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1):** esclarece entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações contábeis avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- e) **Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2):** exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025;

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. A Companhia avaliará o impacto das alterações finais à IAS 1 na classificação de seus passivos uma vez que elas são emitidas pelo IASB.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Depósitos bancários	126.601	127.569
Aplicações financeiras	11.410.994	18.640.088
	11.537.595	18.767.657

Composição das aplicações financeiras:

Modalidade	Rentabilidade	2023	2022
CDB-DI	97% do CDI à 99,2% do CDI	6.189.249	8.050.405
Fundo de Investimento	10,2% à 11,1% a.a.	5.221.745	10.589.683
		11.410.994	18.640.088

PCH JUÍNA SPE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em Reais)

5. Contas a receber

O montante a receber refere-se a venda de energia para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica via contrato de energia de reserva.

O valor a receber em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 4.478.936 (em 31 de dezembro de 2022, R\$ 3.972.068).

6. Outros créditos

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Seguros a apropriar	15.663	24.729
Depósitos judiciais	3.203	3.203
	<u>18.866</u>	<u>27.932</u>
Circulante	15.663	24.729
Não circulante	3.203	3.203

7. Partes relacionadas

	<u>2023</u>		<u>2022</u>	
	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
Hidroelétrica Rio Alegre Ltda.	99.938	-	-	-
Eraí Maggi Scheffer	-	29.858.163	-	26.033.683
Elusmar Maggi Scheffer	-	25.877.074	-	22.562.525
Fernando Maggi Scheffer	-	23.886.530	-	20.826.947
Bom Futuro Agrícola Ltda.	-	25.780	-	-
José Maria Bortoli	-	-	-	17.355.789
	<u>99.938</u>	<u>79.647.547</u>	<u>-</u>	<u>86.778.944</u>

A Administração identificou como partes relacionadas às operações entre a Companhia, pessoas e outras empresas ligadas, conforme definido no Pronunciamento CPC 5 (R1). As operações junto às partes relacionadas foram realizadas em condições normais de mercado.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2023, não houve remuneração do pessoal-chave da Administração.

PCH JUÍNA SPE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

8. Imobilizado

<u>Custo</u>	<u>Taxa anual de depreciação</u>	<u>Saldo em 31/12/2022</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferências</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo em 31/12/2023</u>
Prédios e instalações		114.543.007	-	-	-	114.543.007
Máquinas, equipamentos e implementos		101.729.658	64.807	8.800	-	101.803.265
Equipamentos e instalações de escritório		724.731	27.502	-	-	752.233
Máquinas e implementos em construção		-	76.832	-	-	76.832
Embarcações		6.400	-	-	-	6.400
Veículos		8.800	-	(8.800)	-	-
		217.012.596	169.141	-	-	217.181.737
Depreciação						
Máquinas, equipamentos e implementos	2% a 14,29%	(9.176.022)	(3.170.012)	(2.934)	-	(12.348.968)
Prédios e instalações	2% a 3,33%	(6.428.224)	(2.203.962)	-	-	(8.632.186)
Equipamentos e instalações de escritório	4% a 20%	(161.404)	(61.109)	-	-	(222.513)
Embarcações	14,29%	(2.515)	(915)	-	-	(3.430)
Veículos	14,29%	(2.724)	(210)	2.934	-	-
		(15.770.889)	(5.436.208)	-	-	(21.207.097)
		201.241.707	(5.267.067)	-	-	195.974.640

Este documento foi assinado digitalmente por Bruno De Almeida Silva e Fernando Maggi Scheffer. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br> e utilize o código EF44-C755-FBFC-03D8.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em Reais)

9. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Juros a.a. (%)	2023	2022
FCO	3,442% + TFC	103.607.921	113.999.793
		103.607.921	113.999.793
Circulante		11.555.615	11.427.223
Não circulante		92.052.306	102.572.570

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante estão assim distribuídos:

2025	2026	2027	2028	2029	Após 2029	Total
10.520.264	10.520.264	10.520.264	10.520.264	10.520.264	39.450.986	92.052.306

Garantias

Garantia fiduciária dos bens objeto do financiamento FCO, penhor de ações e cessão fiduciária de direitos de venda de energia e da conta reserva do projeto.

Covenants

Em 2023, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), foi igual 1,2, atendendo as cláusulas de Covenants do FCO - Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste.

10. Fornecedores

	2023	2022
Fornecedores em moeda nacional	69.084	15.037
	69.084	15.037

11. Provisão para contingência

Com base em pareceres de seus assessores jurídicos, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia constituiu provisão para contingência para os processos com estimativa de perda provável, conforme a seguir:

Contingência	2023	2022
Processos cíveis	177.217	177.217
	177.217	177.217

Apoiado em seus assessores jurídicos, não há processos com estimativa de perdas possíveis a serem divulgadas, conforme requerido pelas normas contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em Reais)

12. Patrimônio líquido

O Capital Social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 16.822.750 (em 2022, o mesmo valor) totalmente integralizado, representado por 16.822.750 (em 2022, o mesmo) de ações ordinárias nominativas com valor unitário de R\$ 1 cada ação.

Reserva de lucros

Reserva de lucros é composta pela retenção do saldo remanescente de lucros acumulados ao longo dos exercícios, descontados prejuízos ocorridos. Em 2023 o saldo de reserva de lucros é de R\$ 11.490.150 (em 2022, reserva de lucros de R\$ 6.034.563).

13. Receita líquida

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita bruta	51.379.021	44.514.432
Deduções da receita		
Impostos	<u>(1.875.334)</u>	<u>(1.624.777)</u>
	(1.875.334)	(1.624.777)
Receita líquida	<u>49.503.687</u>	<u>42.889.655</u>

14. Custos

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Custo de produção própria	<u>(14.018.232)</u>	<u>(12.910.769)</u>
	(14.018.232)	(12.910.769)

Os custos de produção própria estão assim distribuídos:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Depreciação	(5.436.208)	(5.412.622)
Operações e manutenções	(4.924.391)	(3.595.504)
Energia elétrica	(1.625.715)	(1.506.227)
Gastos com pessoal	(605.169)	(640.648)
Serviços de terceiros	(574.432)	(972.404)
Seguros	(430.643)	(383.496)
Combustíveis	(235.466)	(71.470)
Impostos	(94.313)	(103.146)
Outros custos	(76.781)	(162.452)
Aluguel	<u>(15.114)</u>	<u>(62.800)</u>
	(14.018.232)	(12.910.769)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em Reais)

15. Administrativas

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Manutenções	(2.125.290)	(240.611)
Serviços de terceiros	(677.146)	(305.808)
Outras despesas	(492.006)	(517.842)
Gastos com pessoal	(207.392)	(64.299)
Combustíveis	(58.898)	(72.405)
Fretes	(50.973)	(6.977)
	<u>(3.611.705)</u>	<u>(1.207.942)</u>

16. Outras receitas e (despesas) líquidas

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Outras receitas operacionais		
Outras receitas operacionais	1.422	96
	<u>1.422</u>	<u>96</u>
Outras despesas operacionais		
Outras despesas	-	(253.220)
	<u>-</u>	<u>(253.220)</u>
	<u>1.422</u>	<u>(253.124)</u>

17. Resultado financeiro líquido

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Despesas		
Juros	(12.799.632)	(14.485.332)
Despesas bancárias	(214.293)	(199.570)
Outras despesas	-	(5)
	<u>(13.013.925)</u>	<u>(14.684.907)</u>
Receitas		
Rendimentos de aplicações financeiras	1.637.847	1.290.010
Juros	118	-
Variação monetária	13	-
Descontos obtidos	-	134.357
	<u>1.637.978</u>	<u>1.424.367</u>
	<u>(11.375.947)</u>	<u>(13.260.540)</u>

18. Gerenciamento de riscos

De acordo com sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento da Companhia, a avaliação potencial destes riscos. Assim, dependendo de aspectos circunstanciais ou legais, podem existir riscos com ou sem garantias.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em Reais)**

Os riscos relacionados à exposição financeira são monitorados periodicamente e a utilização de instrumentos de proteção para administrar as exposições aos riscos é aprovada pela Administração. Essa análise inclui o monitoramento dos níveis de exposição a cada risco de mercado e sua mensuração em conjunto com a previsão de fluxos de caixa futuros.

Os principais fatores de risco de mercado que podem afetar os negócios da Companhia estão apresentados a seguir:

a) Risco de taxas de juros e índices

A Companhia opera com linhas de créditos de instituições financeiras para financiar suas atividades. Este risco refere-se, principalmente, à possibilidade de flutuação nas taxas de juros de mercado que afetam passivos e ativos da PCH Juína SPE S.A.

A PCH Juína SPE S.A., monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para proteção contra a volatilidade dessas taxas.

b) Valorização dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros não derivativos detidos pela PCH Juína SPE S.A., são:

- Contas a receber;
- Empréstimos e financiamentos;
- Fornecedores.

19. Aspectos ambientais

A geração de energia está sujeita às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados aos assuntos ambientais utilizando procedimentos operacionais seguros, treinamento de seus colaboradores e ações voltadas à proteção e preservação do meio ambiente.

Com base nas atuais leis e regulamentos em vigor, a Administração da Companhia acredita que não há necessidade de efetuar nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais.

20. Cobertura de seguros (não auditado)

A política da Companhia é manter cobertura de seguros para resguardar seus ativos de eventuais sinistros, por montantes considerados tecnicamente adequados por sua Administração, de acordo com a natureza da sua atividade e a orientação dos seus consultores de seguros.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em Reais)**

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

21. Eventos subsequentes

Em 15 de dezembro de 2023 o Plenário aprovou a Medida Provisória (MP) 1185/23, que foi convertida em lei pela Lei Ordinária 14.789/23 que dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para implantação ou expansão de empreendimento econômico.

Até 31 de dezembro de 2023 as subvenções recebidas pelas empresas, independentemente de sua natureza (custeio ou investimento) não eram objeto de tributação, ou seja, não incorporavam a base de cálculo dos impostos federais.

A partir de 01 de janeiro de 2024 o benefício foi excluído para os contribuintes que recebem subvenção para pagar despesas do dia a dia (custeio). Para os que utilizam o benefício para construir ou ampliar uma fábrica (investimento) será concedido um crédito tributário equivalente à aplicação da alíquota de IRPJ sobre as subvenções recebidas, ou seja, o imposto precisará ser pago e compensado posteriormente com outros tributos da empresa. Haverá também a possibilidade de, após o investimento ser finalizado, pleitear-se a restituição dos valores em dinheiro.

A PCH Juína SPE S.A., ainda está avaliando potenciais impactos nas suas operações a partir de 01 de janeiro de 2024.

Campos de Júlio-MT, 31 de dezembro de 2023.

ASSINADO DIGITALMENTE

FERNANDO MAGGI SCHEFFER
DIRETOR
CPF: 353.455.601-10

ASSINADO DIGITALMENTE

BRUNO DE ALMEIDA SILVA
GERENTE CONTÁBIL E FISCAL
CRC-MT 013180/O-7

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://izisign.com.br/Verificar/EF44-C755-FBFC-03D8> ou vá até o site <https://izisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: EF44-C755-FBFC-03D8



Hash do Documento

1FCA67E0584493ED88833567D6D8C9A8B3E134E22E1AC15571313AB7455EAE70

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 22/04/2024 é(são) :

- Bruno de Almeida Silva (Signatário) - 737.851.801-87 em
22/04/2024 16:21 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- Fernando Maggi Scheffer (Signatário) - 353.455.601-10 em
22/04/2024 16:00 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital

